

CONTRA A DIVISÃO DO TRABALHO MILITANTE: A POLÍTICA SEXUAL DA CARNE

AGAINST THE DIVISION OF THE MILITANT LABOR: THE SEXUAL POLITICS OF MEAT

ADAMS, Carol J. (2012). *A Política Sexual da Carne: A relação entre o carnivorismo e a dominância masculina*. Tradução Cristina Cupertino. 1 ed. São Paulo: Alaúde Editorial.

Amanda Sousa Galvêncio¹
Rodrigo Cruz Gagliano²

Em 2012, a Editora Alaúde lançou um livro importante de Carol J. Adams, *A Política Sexual da Carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina*. Pelo mundo anglófono, essa obra já tem 20 anos e somente agora chegou por aqui, Brasil.

O tema principal do livro é que a opressão sobre as mulheres tem a mesma estrutura da exercida sobre os animais. Essa intuição circula já faz um tempo pelas paragens do vegetarianismo ético e político – veganismo – em língua portuguesa, contudo, não passava disso, intuição. Nunca lemos nada muito extenso e desenvolvido sobre isso. Entre as feministas brasileiras contemporâneas, desconhecemos quem toque nesse problema. Essa obra de Adams vem preencher, no mínimo, essas duas lacunas.

Se a questão da recusa ao especismo³ sempre foi mais do que compaixão para com os animais – para alguns/ mas piegas e sem sentido –, é também uma importante questão ecológica e de saúde – cada vez mais se chega a essa conclusão. No entanto, vai-se mais além: Adams mostra em sua obra a conexão entre as opressões sofridas pelas mulheres e pelos animais.

A Política Sexual da Carne está dividida em três partes. Na primeira, intitulada *Os textos patriarcais da carne*, Adams defende a estreita relação entre a violência, seja física ou psicológica, exercida contra as mulheres e a matança em série de animais. Para a autora, esse processo é desencadeado pelo imaginário social que naturaliza as práticas de dominação, de reprodução e de manutenção da sociedade patriarcal.

O hábito de comer a carne de *animais não-humanos* é analisado do ponto de vista da denúncia, o qual está ligado ao poder aquisitivo, portanto, um fator de distinção social, como, também, representativo da virilidade masculina como identidade desejável.

Nesse sentido, mulheres, crianças, negrxs, segmentos das classes populares são destituídos do “poder” da carne. Esse hábito revela o quanto a cultura patriarcal é formada pela hierarquização. Ou seja,

1 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB). E-mail: amanda_galvencio@hotmail.com

2 Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFSC). E-mail: rcgagliano@yahoo.it.

3 ‘Especismo’ é um termo criado em analogia aos termos ‘racismo’ e ‘sexismo’, se refere diretamente ao fato de muitxs de nós, humanxs, agirmos segundo nossos interesses ignorando os interesses de outras espécies e oprimindo-as. Essa criação analógica, por si só, já evidencia as conexões entre as opressões sofridas pelos grupos a que se referem os três termos.

O consumo da carne é para os animais o que o racismo dos brancos é para os negros; o que o antissemitismo é para o povo judeu; o que a homofobia é para os gays e as lésbicas, e a misoginia é para as mulheres. Todos estes são oprimidos por uma cultura que não quer assimilá-los plenamente em seus termos e com seus direitos. (ADAMS, 2012: 115).

A desnaturalização dessa prática é construída por Adams mediante o conceito de *referente ausente*. A linguagem assume o ponto fundamental da teoria, pois mascara o sentido literal da carne: um animal morto. Sendo assim, subtrai-se a imagem que o bife, o hambúrguer, o bacon, ou a salsicha, é o fragmento de um corpo, que antes vivia e se apresentava na forma total. Para tanto, substituem-se os nomes dos animais por nomes de carnes, os tornando objetos.

A ideia que está subjacente, quando um animal é esquartejado, retalhado e fragmentado é a perda da dimensão da totalidade, camuflando-se o significado *literal* da carne. O sentido atribuído ao *retalhamento das vítimas* faz parte do processo social que atingiu seu apogeu com o capitalismo moderno. Essa relação foi restituída por Bertolt Brecht em sua peça *A Santa Joana dos Matadouros*, citada por Adams, em que o desmembramento dos animais se assemelha à fragmentação do trabalho na linha de montagem da fábrica. Nesse quadro, a autora relembra a trajetória do nazisimpatizante Henry Ford que teria criado seu sistema administrativo-fábrica a partir de *insights* obtidos em sua visita a um matadouro.

O consumo de carne não está apenas ligado à problemática feminina, mas ao dispositivo pelo meio do qual a sociedade assegura suas desigualdades. Diante disso, o livro pretende, justamente, abrir caminhos para que esses vínculos sejam articulados, e que a palavra vegetariana seja utilizada como forma de equalização de direitos.

Contudo, o foco de Adams se volta para as equiparações dos corpos dos animais e das mulheres

como partícipes do mesmo processo de violência. O paralelo é evidente, na medida em que as próprias mulheres ao relatarem suas experiências, as descrevem utilizando metáforas como: “[...] estava parecendo um pedaço de carne crua dependurado na vitrine do açougueiro” (ADAMS, 2012:83), ou “[...] as mulheres dos bordéis podem ser usadas como animais em gaiolas” (ADAMS, 2012:83).

O vegetarianismo, no entanto, não foi assimilado pela teoria feminista radical. Ao mesmo tempo em que incorpora, no discurso, o paralelo entre violência feminina e a metáfora dos animais, não reconhece o estreitamento dessas opressões em suas análises sobre a cultura patriarcal.

Sendo assim, quando esse vínculo não é feito, as próprias feministas, por um lado, contribuem para manutenção do significado do *referente ausente* em que a subtração da opressão dos animais esfacela a possibilidade de conexões entre esses dois grupos oprimidos:

Enquanto as mulheres podem se sentir como pedaços de carne e ser tratadas como pedaços de carne – emocionalmente retalhadas e fisicamente espancadas –, os animais são de fato transformados em pedaços de carne. Na teoria feminista radical, o uso dessas metáforas se alterna entre uma atividade positiva figurativa e uma atividade negativa de oclusão, negação e omissão, em que o destino literal do animal é suprimido. (ADAMS, 2012:86).

Esse movimento de aproximação é sugerido por Adams. Nesse sentido, a luta feminista deveria também incorporar a abdicação da *proteína animalizada e feminilizada*⁴ em seus protestos.

4 Os termos apresentam os animais enquanto detentores de proteínas e tem a finalidade de restituir o *referente ausente*, lembrando o processo que os tornaram *coisas*. Diante disso, a crítica que se faz ao consumo da proteína feminilizada é dupla, devido ao fato das fêmeas serem utilizadas como amas de leite substitutas e quando esgotando seu tempo produtivo, são mortas

Expostas essas primeiras questões, a autora, em *Da barriga de Zeus*, investe na ligação histórica entre vegetarianismo e feminismo, recuperando tanto a filosofia iluminista do século XVIII, como a literatura ficcional de autoria feminina em língua inglesa.

‘Recuperar’ é uma palavra adequada e tem o sentido muito específico de ‘re-membrar’: diz Adams que feminismo e o vegetarianismo frequentemente apareceriam juntos nos romances de autoria feminina, contudo, as análises literárias estariam desmembrando esses dois aspectos nos textos, produzindo um apagamento do segundo aspecto. A mesmíssima operação executada sobre o corpo dos animais, isto é, seu desmembramento, ocorreria naquelas análises.

Não apenas isso. O vegetarianismo vivido pelas autoras – o que seria um dado-chave para o entendimento de muitas passagens dos romances produzidos sobre os quais Adams se debruça – também é sequer mencionado em suas biografias.

Adams, por essa segunda parte do livro, vai mostrar como uma discussão ético-político-vegetariana estava bastante presente no meio anglófono. Aliás, mostra a circulação de muitos argumentos pró-vegetarianismo usados, até hoje, entre xs veganxs.

O caso paradigmático da presença dessa discussão vegetariana associada ao feminismo, apagada, e que ela, Adams, recupera é do livro *Frankenstein*.

Mary Shelley, autora de *Frankenstein*, foi filha do grande precursor do anarquismo em língua inglesa, William Godwin⁵, e, por influência deste, foi exposta ao vegetarianismo desde cedo. Os cruzamentos entre vegetarianismo, feminismo e anarquismo foram frequentes desde o início deste último. Por exemplo, a feminista, anarquista insurrecional e participante

e revertidas em proteína animalizada.

5 Godwin, em 1793, publicou *Inquérito acerca da justiça política*, ou seja, muitos anos antes das primeiras formulações de P-J Proudhon, este considerado, simbolicamente, o pai do anarquismo enquanto movimento político. A diferença é que William Godwin nunca nomeou sua doutrina política.

da Comuna de Paris, Louise Michel, escreveria por aquela época:

Até onde posso lembrar, a origem de minha rebelião contra os poderosos foi meu horror aos sofrimentos infligidos aos animais. Cheguei a desejar que os animais se vingassem, que o cachorro mordesse o homem que o havia maltratado sem piedade, que o cavalo que sangrava debaixo do açoite jogasse longe o ginete que o estava atormentando. Mas os animais, mudos, se submetem sempre à sua sorte... (MICHEL, 2012: 17).

Sheley teve contado com xs grandes teóricxs do vegetarianismo em sua época. E acabou criando, como mostra Adams, um monstro vegetariano, cujo corpo é criado por partes de animais herbívoros. Esse corpo herbívoro do monstro era condizente com a afirmação de um corpo humano herbívoro, presente nas discussões daquelxs teóricxs vegetarianxs de sua época.

A criatura de *Frankenstein* encarnaria, para Adams, uma idílica visão pacifista e vegetariana presente, depois, em vários romances escritos por mulheres do século 20. Essa visão era uma rejeição à guerra, surgida no contexto da Primeira Grande Guerra.

Essa nova literatura, ficção feminina, percebe as conexões patriarcais entre guerra, violência contra as mulheres e contra os animais e teria uma atuação expandida contra essas questões.

E Adams passa o restante desta parte do livro mostrando as técnicas, na ficção de autoria feminina, da erupção dessas questões, frequentemente como interrupção do fluxo narrativo.

Em *Coma arroz, tenha fê nas mulheres*, Adams reafirma que o vegetarianismo é uma prática esclarecedora sobre as experiências femininas. A postura vegetariana era uma das formas de resistir à dominação masculina.

As mulheres do século 19 e da primeira metade do século 20, quando optavam pelo vegetarianismo, difundido pela teoria médica com ampla circulação entre as feministas do período acreditavam que, evitando a carne, tornar-se-iam emancipadas. O vegetarianismo as libertava da exaustiva tarefa de cozinhar cadáveres de animais, prevenia doenças e, quando expandido, controlava a pulsão sexual dos homens.

Em outros casos, em que as mulheres eram destituídas do poder da fala, a negação da carne pode ser lida como linguagem codificada que manifestava suas críticas ao mundo patriarcal. Essas mulheres expressavam-se mediante a escolha dos alimentos.

No entanto, o vegetarianismo dessas mulheres quando identificado pelxs historiadorxs foi, repetidas vezes, distorcido. Os motivos psicológicos substituíram os políticos, ou interpretaram-no como moda da época. Sendo assim, o vegetarianismo enquanto protesto à cultura patriarcal não foi reconhecido pela história oficial.

Conforme Adams, mesmo para o feminismo atual, a escolha por uma alimentação vegetariana teria muito a nos dizer. A dieta sem carne implica uma série de questionamentos como, por exemplo, o fato de estar bem informadx sobre a comida que se consome; a necessidade de se buscar novas alternativas, para o preparo de uma refeição vegetariana; e a própria explicação dos motivos pelos quais se excluem a carne da alimentação e todos os produtos derivados de animais – o couro, as outras peles e mel. Nesse sentido, “Se eu como um hambúrguer vegetariano em vez do hambúrguer normal, essa opção diz algo sobre mim como ator histórico” (ADAMS, 2012: 214).

O resgate do vegetarianismo como prática feminista permite unir mais uma vez os movimentos. Adams enfatiza que a opressão de ambos deriva de uma única estrutura hierárquica e, quando anunciados em conexão, permitem que as mulheres se definam como sujeitos de direitos que agem eticamente em relação aos animais, reconhecendo-os não mais como

objetos, mas como sujeitos.

A Política sexual da Carne pode ser inserida nas reivindicações da segunda fase feminista inspirada no livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, mas que ganhou notoriedade nos anos de 1970 atribuindo a essa autora renome como teórica do movimento.

Esse contexto instituiu um novo paradigma para a identidade feminina: una, imutável e coerente. A experiência da opressão é vivenciada pela particularidade do corpo das mulheres e se manifesta por meio dele. É na esteira desse argumento que Adams traz à baila a equiparação dos corpos humanos e dos animais, conferindo a identidade feminina os atributos da fêmea da espécie humana – lembrando que o livro chega para xs leitorxs brasileirxs com vinte anos de atraso.

No entanto, estudos mais recentes, como a teoria *queer*, desconstroem esses parâmetros. As questões do corpo são desestabilizadas e a ênfase é colocada nas práticas sociais. A identidade não é mais definida por uma natureza universal do ser humano, mas, enfatizam as fronteiras que perpassam a existência desses indivíduos na sociedade. O binarismo que opõem homens/mulheres, homossexuais/heterossexuais é colocado em xeque.

A experiência da opressão, nesse sentido, precisa levar em consideração que as reivindicações desses grupos historicamente excluídos, perpassam questões como: etnia, raça, classe social, religião, nacionalidade, sexualidade, entre outros. Dessa forma, a postura *queer* busca percebê-los não como uma identidade oposta que se exclui mutuamente, as fragmentando, porém, agregando-as.

Essas questões se somam ao desafio de pensar o feminismo na contemporaneidade. Manifestações atuais, como, por exemplo, o grupo ucraniano Femen e as Marchas das Vadias – movimento iniciado por universitárias canadenses, mas, que repercutiu por todo continente americano com diversas versões locais –, que evidenciam o corpo das mulheres como o lugar

da violência e da resistência mostra-nos o quanto é paradoxal o feminismo atual, mesmo hoje, em que o ser mulher independe da sua materialidade biológica.

Portanto, é possível atribuir atualidade aos argumentos de Adams. Se, por um lado, a autora anuncia o corpo da mulher como material substancial da opressão, por outro, sugere a necessidade de união entre os grupos não-hegemônicos e que a matriz das desigualdades não podem ser assumida isoladamente, mas, em conjunto.

Isso, por fim, explica a primeira parte do título dessa resenha. No século 19, xs sindicalistas revolucionárix diziam que capital & estado tinham aproveitado a divisão do trabalho para dividir xs trabalhadorxs em grupos distintos, ou categorias, não poucas vezes, antagônicos. Cada categoria cuidava de si, enfraquecendo a luta como um todo. Já o século 20 viu a emergência de uma miríade de identidades políticas buscando seu microespaço de luta social e, muitas vezes, não reconhecendo a legitimidade da luta dx outrx. Criou-se, então, uma verdadeira e (quase) intransponível divisão do trabalho militante. Perceber que as opressões estão conectadas é a possibilidade de atuação não em um único *front* de luta contra a opressão, mas, em vários deles, ainda que cada umx de nós possa dar mais ênfase em um ou dois deles. Dar ênfase não é isolar-se nas barricadas! As palavras de Adams vêm no sentido da conexão.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. (1970). *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

LOURO, Guacira Lopes. (2001). “Teoria Queer: Uma política pós-identitária para educação”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, V.9, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2012.

MICHEL, Louise. (2012) *A incendiária*. Porto Alegre: Deriva.

Recebido em: 15/12/2012

Aceito em: 15/03/2013